



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Resolução n° 02/CSMJ/P/2024, de 25 de Novembro

Tendo em vista aferir com o necessário rigor e objectividade o desempenho dos magistrados judiciais, de acordo com os indicadores referentes a qualidade das decisões, celeridade na tramitação processual, produtividade, aperfeiçoamento técnico e perfil ético público e privado do magistrado, o Conselho Superior da Magistratura Judicial delibera nos seguintes termos:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento dos Critérios de Avaliação do Desempenho dos Magistrados Judiciais, o qual é parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2. São revogadas as Resoluções n°s 8/CSMJ/P/2001, de 12 de Dezembro, 3/CSMJ/P/2019, de 16 de Dezembro e 01/CSMJ/P/2021, de 24 de Setembro, que regulam os princípios relativos à apreciação do mérito profissional dos magistrados.

Artigo 3. As dúvidas e omissões que surgirem da aplicação do Presente Regulamento serão resolvidas por Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Artigo 4. O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 25 de Novembro de 2024.

O Presidente

Adelino Manuel Muchanga

REGULAMENTO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MAGISTRADOS JUDICIAIS

Preâmbulo

Havendo necessidade de rever e consolidar os critérios de avaliação do desempenho dos magistrados judiciais, tendo em conta o perfil integral, os valores de justiça, celeridade, capacidade e o mérito no exercício da função de administrar justiça, o Conselho Superior da Magistratura Judicial aprova o Regulamento sobre os critérios de avaliação do desempenho dos magistrados judiciais, constantes do presente diploma.

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1 (Objecto)

O presente regulamento tem por objecto definir critérios objectivos de avaliação e classificação dos magistrados.

Artigo 2 (Finalidade da avaliação)

A avaliação do desempenho do magistrado tem por finalidade:

- a) apurar o seu mérito profissional;
- b) promoção.

Artigo 3 (Competência para avaliação)

1. A avaliação e classificação de magistrados compete ao Conselho Superior da Magistratura Judicial.
2. Na actividade avaliativa e classificativa, o Conselho Superior da Magistratura Judicial não aprecia o mérito das decisões judiciais, tendo em conta que o controlo jurisdicional das decisões dos magistrados é feito pela via de recurso para os tribunais superiores.
3. O disposto no número anterior não impede a apreciação de erros técnicos existentes nas decisões judiciais.



Artigo 4 (Avaliação e classificação)

1. A avaliação do mérito dos magistrados é classificada em **Muito Bom com Distinção** (MBD), **Muito Bom** (MB), **Bom** (B), **Suficiente** (S) e **Medíocre** (M).
2. A classificação de **Muito Bom com Distinção** confere ao magistrado diploma de honra e preferência nas colocações.
3. A classificação de **Muito Bom com Distinção**, por duas vezes consecutivas, confere, ainda, direito a candidatar-se para a categoria superior, independentemente da antiguidade.
4. A classificação de **Muito Bom** confere ao magistrado preferência nas colocações.
5. A classificação de **Suficiente** implica a realização de uma inspeção classificativa, no ano seguinte, que pode ser a pedido do magistrado.
6. A classificação de **Medíocre** implica a instauração de processo de inquérito, com vista a apurar as razões e a possível responsabilização disciplinar.

Artigo 5 (Classificação de magistrados em comissão de serviço e em licença sabática)

1. Os magistrados que se encontrem em comissão de serviço de natureza judicial, nos termos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, são classificados como se estivessem em exercício efectivo.
2. Relativamente aos magistrados em comissão de serviço de natureza não judicial e em licença sabática, considera-se sempre actualizada a última classificação.
3. Terminada a comissão de serviço e decorrido o prazo de seis meses de efectividade na função judicial, o magistrado pode requerer nova classificação.
4. Os magistrados em licença sabática deverão juntar a declaração de frequência da instituição de ensino ou de pesquisa, com a indicação do aproveitamento.

Artigo 6 (Periodicidade da avaliação e classificação)

1. Os magistrados são avaliados e classificados anualmente, ou, pelo menos, de três em três anos.



2. Considera-se desactualizada a classificação atribuída há mais de três anos, salvo se a desactualização não for imputável ao magistrado ou se estiver abrangido pelo disposto no artigo anterior.
3. Se a desactualização não for imputável ao magistrado, nesse caso, para efeitos de avaliação, a classificação presume-se de *Bom*, salvo se o magistrado requerer inspecção.

CAPÍTULO II

Do relatório anual

Artigo 7

(Prazo para apresentação do relatório anual)

1. O magistrado deve, com carácter obrigatório, elaborar e remeter o relatório circunstanciado da sua actividade no tribunal onde exerce a judicatura, ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, até ao dia 1 de Março de cada ano.
2. A remessa do relatório de actividades a que se refere o número anterior pode ser feita por via electrónica ou por depósito junto dos tribunais judiciais de província que, por sua vez, enviarão ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, considerando-se apresentado na respectiva data de depósito.
3. O relatório de actividades enviado por via electrónica deve obedecer aos requisitos referentes à autenticidade, contendo documentos devidamente assinados e sentenças ou despachos certificados, de acordo com o modelo em anexo, sob pena de não serem considerados e consequente perda da pontuação correspondente.

Artigo 8

(Dever de prestar informação)

Os funcionários dos cartórios têm o dever de prestar toda informação solicitada pelo magistrado, para a elaboração do relatório anual, sob pena de incorrer em sanção disciplinar.

Artigo 9

(Conteúdo do relatório anual)

1. O relatório anual do magistrado deve conter informação que permita ao avaliador aferir dos critérios indicados nas alíneas a), b) e c), do artigo 11 do presente regulamento, e responder aos requisitos constantes deste artigo.



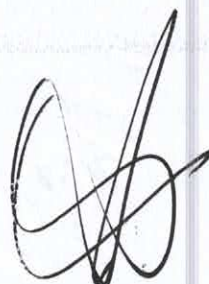
2. O relatório anual deve conter os seguintes elementos:

- a) número de processos entrados, por espécie;
- b) número de processos julgados, por espécie;
- c) número de processos pendentes, por espécie, e a indicação, em anexo, do estado de cada um;
- d) número de despachos de carácter geral exarados nos processos movimentados;
- e) número de providências decididas;
- f) número de despachos saneador ou de pronúncia proferidos;
- g) número de despachos no âmbito da jurisdição de execução de penas;
- h) número de sentenças elaboradas, com indicação dos processos por espécie;
- i) número de despachos que põem termo aos processos, com indicação por espécie;
- j) número de diligências adiadas e as razões que o motivaram;
- k) número de julgamentos adiados e seu motivo;
- l) número de mandados entregues, expedidos, cumpridos e por cumprir;
- m) número de reclamações apresentadas pelas partes em relação a despachos exarados nos processos;
- n) número de recursos interpostos e individualização dos que se achem por subir e as razões da sua pendência;
- o) estado de organização do cartório;
- p) número de contas feitas nos processos;
- q) número de contas feitas em papéis avulsos;
- r) volume de receitas arrecadadas para o Cofre dos Tribunais e para o Estado;
- s) relação dos bens apreendidos, com indicação dos respectivos processos;
- t) dificuldades enfrentadas e propostas de solução.

3. O magistrado com funções de Juiz Presidente de secção deve prestar informação sobre o zelo, dedicação ao serviço, competência profissional, assiduidade, idoneidade e urbanidade dos funcionários judiciais.

4. O magistrado com funções de Juiz Presidente de secção deve, ainda, prestar informação sobre se as contas elaboradas nos diversos processos são devidamente registadas no livro competente e numeradas e se os processos lançados no livro de mesena ostentam o visto fiscal do Ministério Público, e sobre a existência dos livros previstos na lei.

5. O magistrado com funções de Juiz Presidente de tribunal deve, além do mais, prestar informação sobre o estado e inventariação dos bens do tribunal, residências e biblioteca.



Artigo 10
(Autenticidade dos elementos constantes do relatório anual)

A omissão voluntária de dados ou a introdução intencional de elementos inexactos, adulterados ou viciados no relatório anual determina para o magistrado, independentemente de procedimento disciplinar, a classificação de *Medíocre*.

Capítulo III
CrITÉRIOS de avaliação dos magistrados judiciais

Artigo 11
(CrITÉRIOS de avaliação)

A avaliação do mérito do magistrado obedece, em qualquer dos mecanismos previstos no presente regulamento, aos seguintes critérios objectivos:

- a) qualidade das decisões;
- b) celeridade na tramitação processual;
- c) produtividade.

Artigo 12
(Classificação dos critérios de avaliação)

1. Os critérios de avaliação classificam-se em qualitativos e quantitativos.
2. São qualitativos os critérios relativos à qualidade das decisões que o magistrado juntar ao relatório anual de actividades, e, ainda, à organização do cartório.
3. Consideram-se quantitativos a produtividade e celeridade na tramitação processual, aferidas mediante o cumprimento das metas anuais individuais e das fixadas para o tribunal.

Artigo 13
(Suporte geral da avaliação)

Os critérios de avaliação do desempenho dos magistrados têm como suporte o relatório anual do magistrado.



Secção I
Critério da qualidade das decisões

Artigo 14
(Princípio geral)

1. As decisões do magistrado serão avaliadas em função da qualidade jurídica, levando-se em conta a assertividade, a coerência e a segurança na exposição e fundamentação, bem como a redacção, a clareza, a objectividade, a pertinência da doutrina e da jurisprudência aplicadas, quando citadas e, ainda, a apreciação feita em grau de recurso pelo tribunal da segunda instância, assim como o respeito pelas decisões vinculativas do Tribunal Supremo.
2. A apreciação da qualidade das decisões do magistrado toma em conta, ainda, entre outros, de acordo com as especificidades do processo, a apreciação e decisão de todas as questões suscitadas pelas partes, os fundamentos para a decisão e a sua conformidade com os pertinentes dispositivos legais, a aplicação dos instrumentos internacionais ratificados pelo Estado moçambicano que, como tal, fazem parte do ordenamento jurídico e a organização do cartório ou do tribunal.

Artigo 15
(Documentos a juntar ao relatório anual de actividades)

Para efeitos de apreciação da competência e mérito profissional, o magistrado deve juntar ao relatório anual de actividades seis cópias de sentenças de distintas espécies e quatro cópias de despachos interlocutórios ou que ponham termo ao processo, de distintas espécies, ou dez cópias de despachos de distintas espécies para as Secções de Instrução Criminal e de Execução de Penas, consoante as jurisdições abaixo indicadas:

a) Nas Jurisdições Civil e Laboral:

- Sentença ou acórdão;
- Acções declarativas e especiais: a) despacho de indeferimento liminar; b) despacho de reparação ou de sustentação do agravo recaído sobre o despacho de indeferimento liminar ou de citação;
- Despacho saneador: a) que absolve o réu da instância; b) despacho que conhece da reclamação da especificação e questionário;
- Despachos de incidentes da instância: a) de verificação do valor da causa; b) do chamamento a autoria; c) do chamamento a demanda; d) de oposição; e) de intervenção principal; f) de falsidade; g) de habilitação; g) de assistência; h) de liquidação; i) de cauções; j) de reforço e substituição de caução; k) de depósito; l) de embargos de terceiro e outros;



- Despachos de homologação;
- Recursos de agravo: a) despacho de sustentação; b) despacho de reparação;
- Acções executivas: a) despacho de indeferimento liminar; b) despacho de reparação ou de sustentação do agravo, recaído sobre o despacho de indeferimento liminar ou de citação; c) graduação de créditos;
- Providências cautelares: a) despacho que decreta liminarmente; b) despacho de indeferimento liminar; c) despacho de modificação; d) despacho de manutenção; e) despacho de revogação.

b) Na Jurisdição Penal:

- Sentença ou acórdão;
- Despacho sobre a rejeição da acusação;
- Despacho que determina a devolução dos autos a instrução;
- Despacho de sustentação ou de reparação.

c) Na Jurisdição de Instrução Criminal:

- Despacho que ordena a prisão preventiva;
- Despacho que valida e mantém a prisão preventiva;
- Despacho que não valida a prisão e ordena a soltura;
- Despacho que ordena a busca e apreensão de objectos ou instrumentos de crime;
- Despacho de pronúncia ou de não pronúncia.

d) Na jurisdição de Polícia:

- Sentença;
- Despacho de indeferimento da acusação;
- Despacho que converte a pena de multa em prisão efectiva.

e) Na Jurisdição de Execução de Penas:

- Despacho de internamento;
- Despacho de liberdade vigiada;
- Despacho de homologação do plano de readaptação ou terapêutico e de reabilitação;
- Despacho de liberdade condicional;
- Despacho de licença de saída jurisdicional;
- Despacho de verificação da legalidade;
- Despacho de impugnação;
- Despacho de modificação da execução da pena de prisão;



- Despacho de indulto;
- Despacho de cancelamento provisório do registo criminal;
- Despacho de processo supletivo.

f) Na Jurisdição de Menores:

- Sentenças de alimentos, regulação do exercício do poder parental, tutela, emancipação, adopção, autorizações judiciais e de medidas decretadas no âmbito da prevenção criminal;
- Despachos proferidos nas providências em que o magistrado decreta a inibição do exercício do poder parental;
- Despachos em que o juiz decreta ou indefira quaisquer providências cíveis na área jurisdicional de menores;
- Despachos de homologação;
- Despachos de sustentação ou de reparação de agravos.

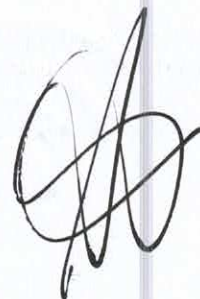
g) Na Jurisdição de Família e Menores:

- Sentenças de divórcio, de simples apreciação positiva, de divisão de coisa comum, de partilha, de investigação e de impugnação de paternidade, de investigação de maternidade, de alimentos, de regulação do exercício do poder parental, tutela, emancipação, adopção, autorizações judiciais e de medidas decretadas no âmbito da prevenção criminal;
- Despachos sobre viabilidade ou não da acção de investigação e de impugnação de paternidade e de investigação de maternidade;
- Despachos proferidos nas providências em que o magistrado decreta a inibição do exercício do poder parental;
- Despachos em que o juiz decreta ou indefira quaisquer providências cíveis na área jurisdicional de menores;
- Despachos de homologação;
- Despachos de sustentação ou de reparação de agravos.

h) Jurisdição Marítima:

Em matéria cível:

- Sentença ou acórdão;
- Acções declarativas: a) despacho de indeferimento liminar; b) despacho de reparação ou de sustentação do agravo recaído sobre o despacho de indeferimento liminar ou de citação;



- Acções executivas: a) despacho de indeferimento liminar; b) despacho de reparação ou de sustentação do agravo, recaído sobre o despacho de indeferimento liminar ou de citação; c) graduação de créditos;
- Providências cautelares: a) despacho que decreta liminarmente; b) despacho de indeferimento liminar; c) despacho de modificação; d) despacho de manutenção; e) despacho de revogação;
- Despachos de incidentes: a) de verificação do valor da causa; b) do chamamento a autoria; c) do chamamento a demanda; d) de oposição; e) de intervenção principal; f) de falsidade; g) de habilitação; h) de assistência; i) de liquidação; j) de cauções; k) de reforço e substituição de caução; l) de depósito;
- Acórdãos sobre os recursos das decisões do Administrador Marítimo.

Em matéria penal:

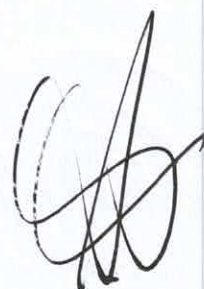
- Sentença ou acórdão;
- Despacho sobre a rejeição da acusação.

Artigo 16 (Disposições comuns às diversas jurisdições)

1. O despacho que decreta liminarmente a providência deve ser acompanhado do despacho definitivo.
2. Em qualquer das acções ou jurisdições, deve juntar-se despacho recaído sobre a reclamação do valor da conta das custas judiciais, havendo.
3. As sentenças, acórdãos e despachos, cuja junção ao relatório anual é exigida, para efeitos de avaliação, devem estar devidamente certificados, segundo os modelos que fazem parte integrante do presente regulamento.

Artigo 17 (Pontuação)

A pontuação relativa à qualidade das decisões está limitada a 60% do total da pontuação.



Secção II
Critério da celeridade na tramitação processual

Artigo 18
(Princípio geral)

A celeridade na tramitação processual será aferida, além da tramitação em tempo legalmente fixado, com base na existência de processos que não tenham sido decididos, pendentes de decisão além do tempo razoável, devendo ter-se em conta o volume de processos existentes no tribunal e sua complexidade, as funções desempenhadas pelo magistrado, a informação estatística dos processos findos e dos pendentes.

Artigo 19
(Pontuação)

A pontuação relativa à celeridade processual está limitada a 20% do total da pontuação.

Secção III
Critério da produtividade

Artigo 20
(Princípio geral)

A avaliação da produtividade do magistrado baseia-se, concomitantemente, nas metas fixadas para o tribunal do respectivo escalão e na actividade jurisdicional por ele desenvolvida, incluindo o movimento processual.

Artigo 21
(Regras sobre aferição da produtividade)

A produtividade do magistrado será aferida pela quantidade de decisões interlocutórias, sentenças ou acórdãos proferidos e audiências realizadas no período de 12 (doze) meses do ano a que respeita o respectivo relatório, ou em igual período anterior, no caso de comissão de serviço, destacamento ou licença.

Artigo 22
(Informação sobre a produtividade)

1. A informação sobre a produtividade do magistrado deve indicar o grau de cumprimento das metas.
2. Deverá, ainda, fazer menção a iniciativas concretas para reduzir as pendências e imprimir celeridade processual.

3. As informações a que se referem os números anteriores devem ser devidamente comprovadas e justificadas.

Artigo 23
(Pontuação)

A pontuação relativa à produtividade do magistrado está limitada a 20% do total da pontuação.

Artigo 24
(Elementos de ponderação)

Nas classificações são considerados o movimento processual do tribunal, as condições de trabalho e o tempo de serviço do magistrado no Tribunal ou na Secção.

CAPÍTULO IV
Das Reclamações

Artigo 25
(Reclamação da classificação)

Da classificação atribuída ao magistrado no âmbito da avaliação cabe reclamação para o Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial, no prazo de quinze dias, contados da data da notificação, que decidirá em última instância.

Artigo 26
(Divergência entre o relatório da Inspeção Judicial e o relatório anual do magistrado)

Verificando-se divergência entre o relatório da Inspeção Judicial e o relatório anual do magistrado, referente ao ano da sua classificação, prevalece o primeiro.

Capítulo V
Disposições finais

Artigo 27
(Incidência prioritária da avaliação e classificação)

Sempre que não seja possível realizar a avaliação e classificação dos magistrados, estas deverão incidir, essencialmente, sobre os novos ingressos e sobre aqueles que estejam em condições de serem promovidos.



Artigo 28
(Elaboração do relatório no caso de magistrados transferidos)

No caso de transferência do magistrado de um tribunal para outro ou de uma Secção para outra, o relatório deverá conter informação anual referente às actividades desenvolvidas em ambas jurisdições, respeitando as informações exigidas para cada uma delas.

Artigo 29
(Avaliação e classificação dos magistrados novos ingressos)

A avaliação e classificação dos magistrados novos ingressos será feita findo o primeiro ano de exercício efectivo de funções.

Anexos:

1. *Modelo de certificação de sentenças;*
2. *Ficha de classificação do Tribunal de Polícia;*
3. *Ficha de classificação da Secção de Instrução Criminal e da Secção de Execução de Penas;*
4. *Ficha de classificação das Jurisdições Cível, Penal, Laboral, Menores e Família e Menores e Marítima.*



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL
INSPECÇÃO JUDICIAL

Ficha de Avaliação do desempenho do magistrado judicial
(Resolução n.º 2/CSMJ/P/2024, de 25 de Novembro)

Nome do magistrado:

Categoria:

Função:

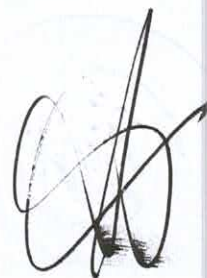
Tribunal:

JURISDIÇÕES

DE INSTRUÇÃO CRIMINAL E DE EXECUÇÃO DE PENAS

INDICADORES	FONTE	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
I. Desempenho Quantitativo	1	Produtividade (35)	
		Descrição	
		a) Grau de cumprimento dos prazos de despachos pelo magistrado (5)	
		b) N.º de processos apresentados ao juiz (2)	
		c) N.º de processos em que os arguidos foram postos em liberdade, com indicação individualizada dos motivos da soltura (3)	
		d) N.º de reclamações apresentadas pelas partes em relação a despachos exarados nos processos (2)	
		e) N.º de recursos interpostos e a individualização dos que se achem por subir e as razões da sua pendência (3)	
		f) N.º de despachos de carácter geral exarados nos processos movimentados (2)	
		g) N.º de decisões sobre buscas e apreensão de objectos ou instrumentos do crime (3)	
		h) N.º de despachos de validação e manutenção de prisão (3)	
		i) N.º de despachos sobre medidas provisórias de segurança aplicadas (2)	
		j) N.º de decisões sobre liberdade provisória (2)	
		k) N.º de audiências preliminares realizadas (3)	
		l) N.º de despachos de pronúncia e de não pronúncia exarados (3)	

		m) Volume de receitas arrecadadas para o Cofre dos Tribunais e para o Estado (2)	
II Desempenho Qualitativo	2	Celeridade (35)	
		Descrição	
		a) Número de processos julgados e decididos dentro do prazo. (17,5 pontos)	
	3	b) Número de despachos de carácter geral e interlocutórios, exarados dentro do prazo, contado da data da abertura da conclusão. (17,5 pontos)	
		Organização do Cartório (30)	
	3	Descrição	
		a) Se se verifica a escrituração dos livros em conformidade com a Lei (2)	
		b) Se os processos e outros papéis são registados em livros próprios (2)	
		c) Se os processos são autuados, rotulados e arrumados nas estantes de acordo com as suas fases (2)	
		d) Se as contas elaboradas nos diversos processos são devidamente registadas no livro competente e enumeradas (2) *	
		e) Se os processos lançados no livro de mesena, ostentam o visto fiscal do Mº Pº (art. 190 C.C.J.) (2) *	
		f) Se os processos findos são registados, emaçados e remetidos ao arquivo (2)	
		g) Se existem no tribunal os livros previstos na lei (art. 26 e 46 do Dec. nº 352/72, de 9 de Setembro). (2) *	
		h) Informação sobre o zelo, dedicação ao serviço, competência profissional, assiduidade, idoneidade e urbanidade dos oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça (10) *	
		i) Dificuldades enfrentadas e propostas de solução (6)	
	4	Qualidade das decisões (100)	
		Descrição	
		Cópia de 10 despachos de distintas espécies, devidamente certificados	
		1º Despacho (10)	
		2º Despacho (10)	
		3º Despacho (10)	
		4º Despacho (10)	
		5º Despacho (10)	
		6º Despacho (10)	
		7º Despacho (10)	
		8º Despacho (10)	
		9º Despacho (10)	



5	10º Despacho (10)	
	Juízes Presidentes**	
	Descrição	
	Os Juízes Presidentes de tribunais devem, para além do mais, prestar informação sobre o estado e inventariação de bens relativos as instalações do tribunal, residências e biblioteca.	
Total de pontos obtidos		

MODELO DE CONVERSÃO

Pontos	Classificação
200	
190-199	Muito Bom c/ Distinção
180-189	
170-179	Muito Bom
160-169	
150-159	Bom
140-149	
130-139	
120-129	Suficiente
110-119	
100-109	
<100	Medíocre

NOTA:

A apresentação do relatório fora do prazo determina a retirada de 10 pontos;

Aos elementos de ponderação é atribuída uma pontuação que varia de 0,5 a 1,0 ponto, desde que não ultrapasse a escala dos 200 pontos.

A não prestação da informação implica o desconto de 3 pontos;

A pontuação na proporção correspondente será atribuída ao magistrado a quem não seja aplicável o critério exclusivo aos Juízes Presidentes de tribunal e de secção.

LEGENDA:

*Aplicável somente aos Juízes Presidentes de secção.

GLOSSÁRIO:

Indicador é um instrumento de medição do desempenho efectivo e do potencial humano do magistrado. Cada indicador desdobra-se em parâmetros de quantificação.

Parâmetro é a medida de ponderação para a qualificação de um determinado indicador de avaliação de desempenho.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL
INSPECÇÃO JUDICIAL

Ficha de Avaliação do desempenho do magistrado judicial
(Resolução n.º 2/CSMJ/P/2024, de 25 de Novembro)

Nome do magistrado:
Categoria:
Função:
Tribunal:

JURISDIÇÕES
CIVIL, PENAL, LABORAL, MENORES, FAMÍLIA E MENORES E
MARÍTIMA

INDICADORES	Fonte	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
I Desempenho Quantitativo	1	Produtividade (35)	
		Descrição	
		a) Cumprimento da meta anual fixada para tribunal (1)	
		b) Cumprimento da meta anual individual do magistrado, correspondente a 11 meses (2)	
		c) Movimento de processos:	
		i) N.º de processo transitados por espécie (2)	
		ii) N.º de processos entrados por espécie (1)	
		iii) N.º de processos findos por espécie (2)	
		d) N.º de processos pendentes por espécie e a indicação em anexo do estado de cada um (2)	
		e) N.º de despachos de carácter geral exarados nos processos movimentados (2)	
		f) N.º de providências decretadas e não decretadas (2)	
		g) N.º de despachos saneador ou de pronúncia proferidos (2)	
		h) N.º de decisões interlocutórias (2)	

		i) N° de sentenças proferidas com a indicação dos processos por espécie (4)	
		j) N° de audiências realizadas (preliminares, de julgamentos e outras) (2)	
		k) N° de diligências adiadas e as razões que o motivaram (1)	
		l) N° de julgamentos adiados e seus motivos (1)	
		m) N° de mandados entregues, expedidos, cumpridos e por cumprir (2)	
		n) N° de reclamações apresentadas pelas partes em relação a despachos exarados nos processos (1)	
		o) N° de recursos interpostos e individualização dos que se achem por subir e as razões da sua pendência (2)	
		p) N° de contas feitas nos processos (1)	
		q) N° de contas feitas em papéis avulsos (1)	
		r) Volume de receitas arrecadadas para o Cofre dos Tribunais e para o Estado (1)	
		s) A relação de bens apreendidos com a indicação dos respectivos processos (1)	
	2	Celeridade (35)	
		Descrição	
		a) Número de processos julgados e decididos dentro do prazo. (17,5 pontos)	
		b) Número de despachos de carácter geral e interlocutórios, exarados dentro do prazo, contado da data da abertura da conclusão. (17,5 pontos)	
II. Desempenho Qualitativo	3	Organização do Cartório (30)	
		Descrição	
		a) Se se verifica a escrituração dos livros em conformidade com a Lei (2)	
		b) Se os processos e outros papéis, são registados em livros próprios (2)	
		c) Se os processos são autuados, rotulados e arrumados nas estantes de acordo com as suas fases (2)	
		d) Se as contas elaboradas nos diversos processos, são devidamente registadas no livro competente e numeradas (2) *	
		e) Se os processos lançados no livro de mesena, ostentam o visto fiscal do M° P° (art.190 do C.C.J.) (2) *	
		f) Se os processos findos são registados, emaçados e remetidos ao arquivo (2)	



		g) Se existem no tribunal os livros previstos na lei (art. 26 e 46 do Dec. nº 352/72, de 9 de Setembro). (2) *	
	4	h) Informação sobre zelo, dedicação ao serviço, competência profissional, assiduidade, idoneidade e urbanidade dos oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça (10) *	
		i) Dificuldades enfrentadas e as propostas de solução (6)	
		Qualidade das decisões (100)	
		Descrição	
		Cópia de seis (6) sentenças de distintas espécies, devidamente certificadas	
		1ª Sentença (12)	
		2ª Sentença (12)	
		3ª Sentença (12)	
		4ª Sentença (12)	
		5ª Sentença (12)	
		6ª Sentença (12)	
		Cópia de quatro (4) despachos interlocutórios de distintas espécies, devidamente certificados	
		1º Despacho (7)	
		2º Despacho (7)	
		3º Despacho (7)	
		4º Despacho (7)	
	5	Juízes Presidentes**	
		Descrição	
		Os Juízes Presidentes dos tribunais devem, igualmente, prestar informação sobre o estado e inventariação de bens relativos às instalações do tribunal, residências e biblioteca.	
Total de pontos obtidos			



MODELO DE CONVERSÃO

Pontos	Classificação
200 190-199	Muito Bom c/ Distinção
180-189 170-179	Muito Bom
160-169 150-159 140-149	Bom
130-139 120-129 110-119 100-109	Suficiente
<100	Medíocre

NOTA:

A apresentação do relatório fora do prazo determina a retirada de 10 pontos;

Aos elementos de ponderação é atribuída uma pontuação que varia de 0,5 a 1,0 ponto, desde que não ultrapasse a escala dos 200 pontos;

A não prestação da informação implica o desconto de 3 pontos;

A pontuação na proporção correspondente será atribuída ao magistrado a quem não seja aplicável o critério exclusivo aos Juízes Presidentes de tribunal e de secção.

LEGENDA:

*Aplicável somente aos Juízes Presidentes de secção.

GLOSSÁRIO:

Indicador é um instrumento de medição do desempenho efectivo e do potencial humano do magistrado. Cada indicador desdobra-se em parâmetros de quantificação.

Parâmetro é a medida de ponderação para a qualificação de um determinado indicador de avaliação de desempenho.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL
INSPECÇÃO JUDICIAL

Ficha de Avaliação do desempenho do magistrado judicial
(Resolução n.º 2/CSMJ/P/2024, de 25 de Novembro)

Nome do magistrado:

Categoria:

Função:

Tribunal:

JURISDIÇÃO
TRIBUNAL DE POLÍCIA

INDICADORES	FONTE	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
I. Desempenho Quantitativo	1	Produtividade (35)	
		Descrição	
		a) Grau de cumprimento dos prazos de despachos pelo magistrado (3)	
		b) Meta anual fixada para o tribunal (1)	
		c) Meta anual individual do magistrado correspondente a 11 meses (2)	
		d) Movimento de processos:	
		i. N.º de processos transitados por espécie (3)	
		ii. N.º de processos entrados por espécie (2)	
		iii. N.º de processos findos por espécie (3)	
		e) N.º de processos pendentes por espécie, e a indicação em anexo do estado de cada um (2)	
		f) N.º de despachos de carácter geral exarados nos processos movimentados (2)	
		g) N.º de julgamentos adiados e seus motivos (1)	
		h) N.º de mandados entregues, expedidos, cumpridos e por cumprir (2)	
		i) N.º de reclamações apresentadas pelas partes em relação a despachos exarados nos processos (2)	
		j) N.º de recursos interpostos e a individualização dos que se achem por subir e as razões da sua pendência (2)	

II Desempenho Qualitativo		k) N° de contas feitas nos processos (2)		
		l) N° de contas feitas em papéis avulsos (1)		
		m) Volume de receitas arrecadadas para o Cofre dos Tribunais e para o Estado (4)		
		n) Relação de bens apreendidos com a indicação dos respectivos processos (1)		
		o) N° de processos pendentes de decisão, além do tempo (2)		
	2	Celeridade (35)		
		Descrição		
		a) Número de processos julgados e decididos dentro do prazo. (17,5 pontos)		
		b) Número de despachos de carácter geral e interlocutórios, exarados dentro do prazo, contado da data da abertura da conclusão. (17,5 pontos)		
	3	Organização do Cartório (30)		
		Descrição		
		a) Se se verifica a escrituração dos livros em conformidade com a Lei (2)		
		b) Se os processos e outros papéis são registados em livros próprios (2)		
		c) Se os processos são autuados, rotulados e arrumados nas estantes de acordo com as suas fases (2)		
		d) Se as contas elaboradas nos diversos processos são devidamente registadas no livro competente e enumerada (2)*		
		e) Se os processos lançados no livro de mesena, ostentam o visto fiscal do M° P° (art. 190 C.C.J.) (2) *		
		f) Se os processos findos são registados, emaçados e remetidos ao arquivo (2)		
g) Se existem no tribunal os livros previstos na lei (art. 26 e 46 do Dec. nº 352/72, de 9 de Setembro). (2) *				
h) Informação sobre o zelo, dedicação ao serviço, competência profissional, assiduidade, idoneidade e urbanidade dos oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça (10) *				
i) Dificuldades enfrentadas e propostas de solução (6)				
		Qualidade das decisões (100)		
	Descrição			

	4	Cópia de seis (6) sentenças, de distintas espécies devidamente certificadas	
		1ª Sentença (12)	
		2ª Sentença (12)	
		3ª Sentença (12)	
		4ª Sentença (12)	
		5ª Sentença (12)	
		6ª Sentença (12)	
		Cópia de quatro (4) despachos interlocutórios, de distintas espécies, devidamente certificados	
		1º Despacho (7)	
		2º Despacho (7)	
		3º Despacho (7)	
		4º Despacho (7)	
	5	5. Juízes Presidentes**	
		Descrição	
		Os Juízes Presidentes dos tribunais devem, para além do mais, prestar informação sobre o estado e inventariação de bens relativos às instalações do tribunal, residências e biblioteca.	
Total de pontos obtidos			

MODELO DE CONVERSÃO

Pontos	Classificação
200	Muito Bom c/ Distinção
190-199	
180-189	Muito Bom
170-179	
160-169	Bom
150-159	
140-149	
130-139	Suficiente
120-129	
110-119	
100-109	
<100	Medíocre

NOTA:

A apresentação do relatório fora do prazo determina a retirada de 10 pontos;

Aos elementos de ponderação é atribuída uma pontuação que varia de 0,5 a 1,0 pontos, desde que não ultrapasse a escala dos 200 pontos;

A não prestação da informação implica o desconto de 3 pontos;



A pontuação na proporção correspondente será atribuída ao magistrado a quem não seja aplicável o critério exclusivo aos Juízes Presidentes de tribunais e de secção.

LEGENDA:

*Aplicável somente aos Juízes Presidentes de secção;

GLOSSÁRIO:

Indicador é um instrumento de medição do desempenho efectivo e do potencial humano do magistrado. Cada indicador desdobra-se em parâmetros de quantificação.

Parâmetro é a medida de ponderação para a qualificação de um determinado indicador de avaliação de desempenho.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Modelos de certificação de sentenças

Modelo I: certificação no caso em que o Escrivão extrai cópia directamente do processo

Cópia da sentença ou despacho

Proferida a fls. dos autos de

Em que é Autor (A).....e Réu (R).....

Processo nº/.....

“
.....
..... Ass. Juiz de Direito, F e Juízes
Eleitos, F ”

= Está conforme =

Maputo, aos de de 20.....

O Escrivão de Direito

/nome do Escrivão/

Modelo II: certificação no caso em que o Escrivão extrai fotocópia da sentença no processo

Certidão

F..... Escrivão de Direito, da Secção do Tribunal Judicial de.....

Certifico e dou fé, que as fotocópias foram extraídas dos autos de, registados sob o nº, em que é autor F e Réu F....., são fiéis as originais, constantes nos autos.

É o que contém a referida sentença que para aqui bem e fielmente fiz copiar do original a que me reporto.

Maputo, aos de..... de 20.....

O Escrivão de Direito

/nome do Escrivão/

